

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

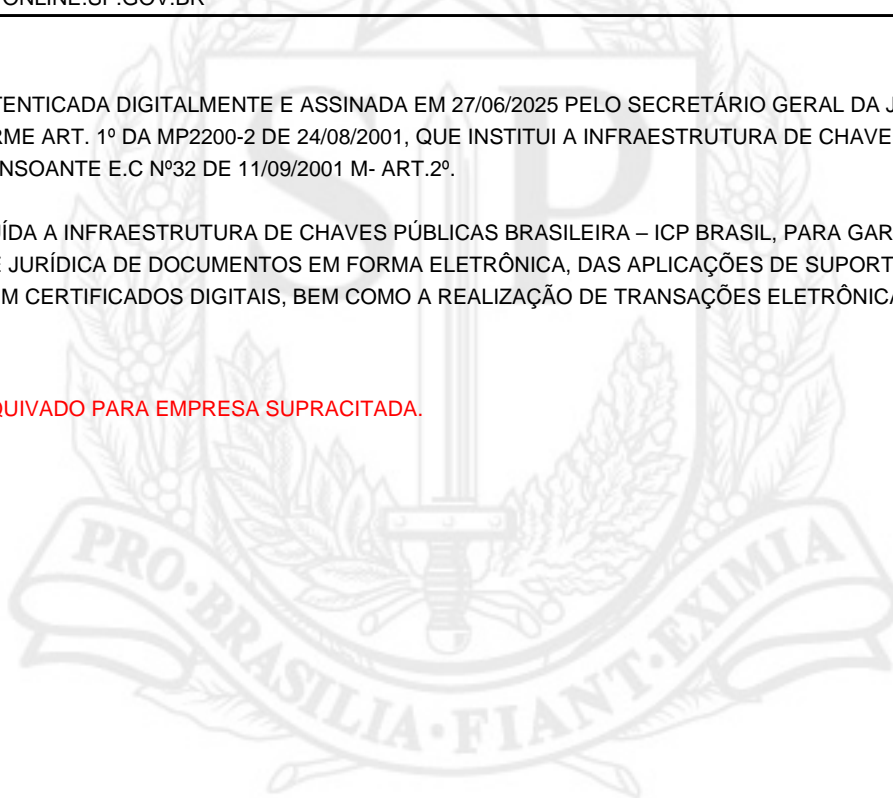
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL UFV BARRO ALTO IV GERACAO DE ENERGIA SPE S.A.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300662920	CNPJ 47.667.029/0001-95	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 213.132/25-4	DATA DO ARQUIVAMENTO 23/06/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 27/06/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 08:10:49	CÓDIGO DE CONTROLE 270898177
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 27/06/2025 PELO SECRETÁRIO GERAL DA JUCESP – ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
2.312.245/25-5



**CAPA DO REQUERIMENTO
CONTÉM AMARRADO
MANUALMENTE**

CONTROLE INTERNET
034901552-0



DADOS CADASTRAIS

ATO Arquivamento de Ata;				PORTE Normal	
NOME EMPRESARIAL UFV BARRO ALTO IV GERAÇÃO DE ENERGIA SPE S.A.					
LOGRADOURO Avenida Doutora Ruth Cardoso		NÚMERO 8501	COMPLEMENTO CJ 41 PARTE	CEP 05425-070	
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL		
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 2	CNPJ - SEDE 47.667.029/0001-95	NIRE - SEDE 3530066292-0			
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: Gunnar Honorato Pinassi (Diretor)			VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$,00 DARF: R\$,00	SEQ. DOC 212	
ASSINATURA:			DATA: 13/06/2025		

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO	CARIMBO ANÁLISE
-----------------------	----------------------	---------------------

ANEXOS:

<input type="checkbox"/> DBE	<input checked="" type="checkbox"/> Documentos Pessoais
<input type="checkbox"/> Procuração	<input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação
<input type="checkbox"/> Alvará Judicial	<input checked="" type="checkbox"/> Jornal
<input type="checkbox"/> Formal de Partilha	<input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação
<input checked="" type="checkbox"/> Balanço Patrimonial	<input type="checkbox"/> Certidão
<input checked="" type="checkbox"/> Outros	

Rede de Autenticidade

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

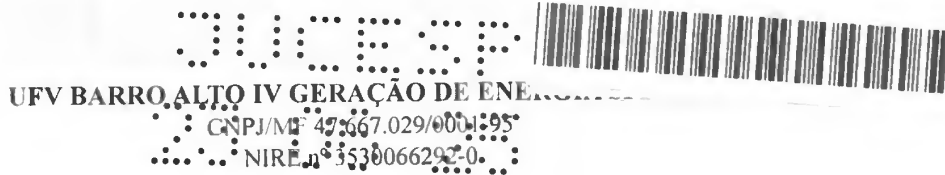
JUCESP

OBSERVAÇÕES:

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96

Registro assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse o site: www.registro.sp.gov.br



**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025**

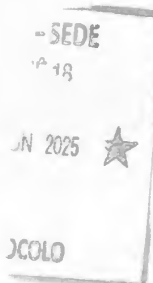
1. **Data, hora e local:** Realizada no 30º dia do mês de abril de 2025, às 12:00 horas, na sede social da UFV BARRO ALTO IV GERAÇÃO DE ENERGIA SPE S.A., sociedade anônima de propósito específico, com sede na Av. Dra. Ruth Cardoso, nº 8501, cj. 41/Parte, Pinheiros, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05425-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.667.029/0001-95, e filial na Rodovia BR-080, Km 115 N, s/n, Gleba D, no Município de Vila Propício, Estado de Goiás, CEP 76.393-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.667.029/0002-76, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3530066292-0 (“Companhia”).



2. **Presença:** Presentes a totalidade das acionistas da Companhia, identificadas abaixo:



I. SOLAR DO CERRADO PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com atos constitutivos registrados sob NIRE 35300643739, inscrita no CNPJ/MF sob nº 56.227.682/0001-24, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dra. Ruth Cardoso, 8501, Conj. 41/Parte, Eldorado Business Tower, CEP 05425-070, neste ato representada por Juliana Canarim Scalzo Fukushima, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade nº 11368318 IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 221.444.258-84, e Gunnar Honorato Pinassi, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 25454777 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 269.843.918-14, ambos com endereço comercial na Av. Dra. Ruth Cardoso, 8501, 4º andar, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-070;



II. NEWAVE ENERGIA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dra. Ruth Cardoso, 8501, Cj. 41/parte, CEP 05425-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.823.087/0001-47, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 3530057750-7, neste ato representada pelos seus Diretores, Juliana Canarim Scalzo Fukushima e Gunnar Honorato Pinassi, já qualificados acima.

3. **Mesa:** A Acionista elegeu para Presidente da Mesa o Sr. Gunnar Honorato Pinassi, que convidou para secretariá-lo a Sra. Juliana Scalzo, ambos acima qualificados.

4. **Convocação:** Dispensada a convocação diante da presença dos acionistas representantes de 100% do capital social da Companhia, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.

JUCESP

5. **Ordem do Dia:** 1) tomar as contas dos administradores; examinar, discutir e deliberar sobre a aprovação: (a) do Relatório Anual da Administração, e (b) das Demonstrações Financeiras e Contábeis referentes ao exercício social findo em 31/12/2024, arquivada em 07 de março de 2025 na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED (Anexo 1), conforme disposto no artigo 294, inciso III, da Lei nº 6.404/76; e 2) deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia no exercício social de 2024.

6. **Deliberação:** Dando início aos trabalhos, após a leitura da ordem do dia e iniciados os trabalhos, o Presidente da Mesa esclareceu que a ata da presente assembleia seria lavrada em forma sumária, contendo apenas transcrição da deliberação tomada, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76 e que ficava dispensada a leitura dos documentos da assembleia tendo em vista o conhecimento prévio pelas sócias, desde 07/03/2025, e em seguida as acionistas deliberaram de forma unânime e sem ressalvas o seguinte:

1. Aprovar integralmente o Relatório Anual de Administração e as contas da Companhia, na forma prevista nas Demonstrações Financeiras e Contábeis referentes ao exercício social findo em 31/12/2024, arquivadas em 07 de março de 2025 na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, conforme disposto no artigo 294, inciso III, da Lei nº 6.404/76, que ficam arquivadas na sede da Companhia.
2. Diante do fato que a Companhia não registrou lucro líquido no exercício em questão, este item restou prejudicado.

7. **Encerramento, lavratura, aprovação e assinatura da ata:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata por seus acionistas, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. Acionistas presentes: Solar Arinos S.A. (representada por Juliana Canarim Scalzo Fukushima e Gunnar Honorato Pinassi) e Newave Energia S.A. (representada por Juliana Canarim Scalzo Fukushima e Gunnar Honorato Pinassi).

São Paulo, 30 de abril de 2025.

Mesa:

Gunnar Pinassi

Gunnar Honorato Pinassi
Presidente

Juliana Scalzo

Juliana Canarim Scalzo Fukushima
Secretária



2

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP

Aloizio Soares Junior
ALOIZO E. SOARES JUNIOR
SECRETARIO GERAL EM EXERCICIO

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO
213.132/25-4



JUCESP

JUCESP
12
23 JUN 2025

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP

Aloizio Soares Junior
ALOIZO E. SOARES JUNIOR
SECRETARIO GERAL EM EXERCICIO

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO
213.132/25-4



JUCESP



Certifico o registro sob o nº 213.132/25-4 em 23/06/2025 da empresa UFV BARRO ALTO IV GERACAO DE ENERGIA SPE S.A., NIRE nº 35300662920, protocolado sob o nº 2312245255. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/06/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 270898177. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP

Acionistas:

JULIANA SCALZO GUNNAR PINASSI

Juliana Scalzo

Gunnar Pinassi

SOLAR DO CERRADO PARTICIPAÇÕES S.A.

Juliana Scalzo

Gunnar Pinassi

Juliana Scalzo

Gunnar Pinassi

NEWAVE ENERGIA S.A.

Juliana Scalzo

Gunnar Pinassi

UFV BARRO ALTO IV GERAÇÃO DE ENERGIA SPE S.A.

CNPJ/MF nº 47.667.029/0001-95 / NIRE 35.3.0066292-0

Ata de Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2025

LISTA DE PRESEÇA DE ACIONISTAS

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às doze horas, compareceram à sede social desta companhia, os representantes das acionistas a seguir relacionadas que nas pertinentes lacunas colocarão as suas respectivas assinaturas e a quantidade de ações com direito a voto possuídas desta companhia:

SÓCIO/ACIONISTA	ASSINATURA	Nº DE QUOTAS/ AÇÕES	OBSERVAÇÕES
SOLAR DO CERRADO PARTICIPAÇÕES S.A.	<i>Gunnar Pinassi</i>	78.880.621	
NEWAVE ENERGIA S.A.	<i>Gunnar Pinassi</i>	1	

Firmam a presente lista o presidente e a secretária da Assembleia, que colocarão observações nas linhas em que os acionistas não assinaram por não terem comparecido à assembleia. Os procuradores de acionistas devem deixar anexados a esta lista os respectivos instrumentos de procuração, que serão anotados na coluna de observações.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

Gunnar Pinassi
Presidente

Juliana Scalzo
Juliana Scalzo
Secretária

20250430



CNPJ Razão Social Data de Publicação Hash de Publicação
47.667.029/0001-95 UFV BARRO ALTO IV GERACAO DE ENERGIA SPE LTDA 07/03/2025 18:59:29 9A2CCA9C518FB82FB1391EBCB453076880A84D4C

Parecer dos Auditores Independentes

Data de Inicio	Data de Fim	Consolidada	Origem
01/01/2024	31/12/2024	-	Participante-Upload

Título

Demonstrações Financeiras com Relatório dos Auditores Independentes - Exercício 2024

Descrição

Demonstrações Financeiras com Relatório dos Auditores Independentes - Exercício 2024

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
---------------	--------	-----------

Nome

JUCESP
23 06 25

CPF/CNPJ

Data Publicação

Perfil

Tipo de Acesso

UFV BARRO ALTO IV GERACAO DE ENERGIA SPE LTDA:47667029000195

47.667.029/0001-95

07/03/2025 18:59:29

Participante

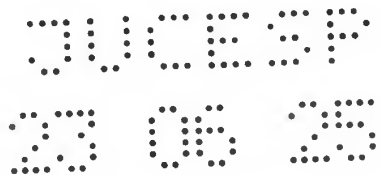
Certificado Digital

JUCESP
23 06 25

UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

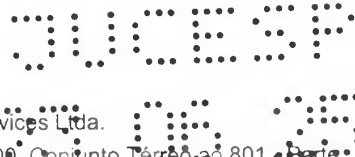
KPDS 1430865



UFV Barro Alto III Geração
de Energia SPE Ltda
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Torreão 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da
UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE Ltda.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Empresa em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2025.

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE Ltda.

Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023 (não audiado)	Passivo	Nota	2024	2023 (não audiado)
Caixa e equivalentes de caixa	7	43	-	Fornecedores	11	1.992	-
Despesas antecipadas	8	47	-	Obrigações tributárias	12	193	-
Outras contas a receber	10	10	-	Passivo de arrendamentos	9	13	-
Total do ativo circulante		100	-	Total do passivo circulante		2.198	-
Despesas antecipadas	8	1.847	-	Passivo de arrendamentos	9	4.056	-
Direito de uso	9	4.484	-	Total do passivo não circulante		4.056	-
Imobilizado em andamento	10	38.195	-	Patrimônio líquido	13.a	38.458	-
Total do ativo não circulante		44.526	-	Prejuízos acumulados	13.b	(86)	-
Total do ativo		44.626	-	Total do patrimônio líquido		38.372	-
				Total do passivo e patrimônio líquido		44.626	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UFV

GERAÇÃO

UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023 (não auditado)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(51)	-
Resultado antes das receitas / (despesas) financeiras líquidas e impostos		(51)	-
Despesas financeiras	15	(10)	-
Resultado financeiro líquido		(61)	-
Prejuízo do exercício		(61)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
		(não auditado)
Prejuízo do exercício	<u>(61)</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(61)</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)		10	(10)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)		10	(10)	-	-
Subscrição de capital social	13.a	76.871	(76.871)	-	-
Integralização de capital social	13.a	-	38.295	-	38.295
Incorporação societária	1.1	-	163	(25)	138
Prejuízo do exercício		-	-	(61)	(61)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		76.881	(38.423)	(86)	38.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UFV

BARRO

UFV Barro Alto III Geração de Energia SPE Ltda.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(61)	-
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos das atividades operacionais:			
Taxas e emolumentos	14	4	-
		(57)	-
Redução / (aumento) nos ativos operacionais:			
Outras contas a receber		(10)	-
Despesas antecipadas		764	-
Aumento / (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(33)	-
Obrigações tributárias		193	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		857	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa proveniente da incorporação	1.1	11	-
Aquisição de ativo imobilizado	10	(34.013)	-
Caixa líquido aplicado nas atividade de investimento		(34.002)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal e juros de arrendamento	9	(462)	-
Integralização de capital	13a	33.650	-
Caixa líquido gerado pelas atividade de financiamentos		33.188	-
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		43	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	43	-
		43	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ufv Barro Alto III Geração de Energia SPE Ltda. (“Empresa”) é uma SPE, constituída na forma de sociedade de propósito específico de capital limitado domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, Pinheiros, São Paulo, capital do Estado de São Paulo. De 22 de agosto de 2022 a 30 de junho de 2024, a controladora da Empresa foi a On Barro Alto Geração de Energia SPE Ltda. De 01 de julho de 2024 a 30 de outubro de 2024, mediante aquisição das quotas do capital social da Empresa, a controladora direta passou a ser a Flor de Pequi Geração de Energia Ltda., tendo como controladora indireta a Newave Energia S.A. Em 30 de outubro de 2024, mediante incorporação reversa, a Empresa incorporou sua controladora Flor de Pequi Geração de Energia Ltda. Por consequência, a Empresa passou a ter como sua controladora direta Newave Energia S.A. Em 01 de dezembro de 2024 a Solar do Cerrado Participações S.A. procedeu com a aquisição integral das quotas da Empresa, passando a ser a controladora direta da Empresa.

A Empresa foi constituída em 22 de agosto de 2022, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob o CEG nº UFV.RS.GO.052320-8.01

A Empresa recebeu autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 50 MW por 35 anos, que compreende ao período de 26 de abril de 2022 a 26 de abril de 2057.

Atualmente a Empresa encontra-se em fase pré-operacional

1.1 Reorganização societária

(i) Incorporação – Flor de Pequi Geração de Energia Ltda

Conforme alteração contratual, realizada em 30 de outubro de 2024, que aprovou a incorporação do acervo líquido da Flor de Pequi Geração de Energia Ltda no montante de R\$ 138, decorrente da incorporação reversa realizada pela Empresa.

Os ativos líquidos incorporados pela Empresa correspondem aos gastos pré-operacionais da Flor de Pequi Geração de Energia Ltda.

O balanço patrimonial base para a reorganização societária foi de 30 de outubro de 2024. Abaixo são apresentados os acervos patrimoniais incorporados nas demonstrações financeiras da Empresa:

	Nota	Acervo incorporado 30 de outubro de 2024
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	7	11
Despesas antecipadas	8	32
Total do ativo circulante		43
Despesas antecipadas	8	128
Total do ativo não circulante		128
Total do ativo		171
Passivo		
Fornecedores		33
Total do passivo circulante		33
Patrimônio Líquido		
Capital social	13	163
Prejuízos acumulados		(25)
Total do patrimônio líquido		138
Total do passivo e patrimônio líquido		171

Em decorrência do processo de incorporação, a Empresa realizou o aumento de capital social no montante de R\$ 163 e prejuízo acumulado no valor de R\$ 25, conforme descrito na nota explicativa nº 13.a

1.2 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Empresa apresentou capital circulante líquido negativo em 2024, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante de R\$ 2.098. Adicionalmente, a Empresa apresenta prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 61. O prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 86, sendo parte em função da absorção de R\$25 de conforme nota explicativa nº1.1.

O capital circulante negativo em 2024 deve-se, principalmente, aos saldos de fornecedores (conforme nota explicativa nº 11), para os quais a Empresa, considerando a gestão de caixa da controladora irá obter os recursos nas respectivas datas de vencimento.

A Empresa contratou no mês de agosto de 2024 junto ao Banco do Brasil, o repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste (FDCO) no valor de R\$100.496, com prazo total de 20 anos, com juros de 5,34% a.a. acrescidos pelo IPCA, com perspectiva de primeiro desembolso para o primeiro semestre de 2025, sendo o início do pagamento do principal ocorrendo em fevereiro de 2027.

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes até esta data, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que têm capacidade de obtenção de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 07 de março de 2025.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos imobilizados – Nota explicativa nº 10:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento. Quando o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;

- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 10:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2024;
- Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 18: principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Empresa na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Empresa tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.
- Durante o período de construção da planta fotovoltaica as despesas financeiras, elegíveis à capitalização serão contabilizados no custo do ativo imobilizado.

c. Imposto de renda e contribuição social

(i) Lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com base nos percentuais de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. No exercício findo em dezembro de 2024, a Empresa optou pelo regime de lucro presumido.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, receitas financeiras oriundas dos financiamentos obtidos para construção do ativo, até o momento da disponibilidade do ativo para a administração da Empresa, deduzido de depreciação acumulada após a entrada em operação do parque fotovoltaico e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A Empresa não possui despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional.

O imobilizado em andamento registrado pela Empresa corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será limitada ao prazo de autorização.

e. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

a. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

d. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

a. Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b. *Passivos financeiros*

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. **Redução ao valor recuperável (impairment)**

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

h. Arrendamentos

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Empresa o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento se referem ao aluguel das terras onde o parque fotovoltaico é instalado.

A Empresa adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 11,13% a.a.

Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo, itens de baixo valor (USD 5) e para aqueles que possuem contraprestações em sua totalidade variáveis.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, e são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento.

A Empresa apresenta os pagamentos de principal e juros na demonstração de fluxo de caixa nas atividades de financiamento.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Empresa não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2024
Depósitos bancários (a)	43
Total de caixa e equivalente de caixa	43

- (a) Inclui depósitos disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

8 Despesas antecipadas

	2024
Seguros (a)	19
Adiantamento para arrendamentos (b)	1.721
Garantia fiel cumprimento (c)	154
	1.894

Circulante	47
Não circulante	1.847

- (a) Refere-se ao seguro pago de obras de implementação do parque fotovoltaico referentes a responsabilidade cível.

- (b) Decorrente de antecipações realizadas, conforme contratos firmados entre as partes. Os respectivos valores serão compensados 10% ao ano, dos valores devidos a partir do segundo ano dos contratos.
- (c) Conforme exigência Lei 14.300/2022, emitida em favor da ANEEL — Agência Nacional de Energia Elétrica.

9 Ativo de direito de uso e arrendamento

A Empresa atua como arrendatária em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se em construção.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2023 (não auditado)	Reconhecimento inicial	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	-	4.495	(11)	4.484
Total do ativo	-	4.495	(11)	4.484

O prazo de amortização de direito de uso é de 35 anos.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	2024	2023 (não auditado)
Passivo de arrendamento	4.069	-
Total	4.069	-
Circulante	13	-
Não circulante	4.056	-

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada abaixo:

	2024				Valor líquido em 31/12/2024
	Valor líquido em 31/12/2023 (não auditado)	Reconhecimento inicial	Pagamento de principal e juros	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento					
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	-	4.495	(462)	36	4.069
Total	-	4.495	(462)	36	4.069

Mediante reconhecimento do arrendamento, a taxa de desconto é de 11,13% a.a.

10 Imobilizado em andamento

	31/12/2023 (não auditado)	Adições (a)	31/12/2024
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias (a)	-	38.195	38.195
Total do imobilizado	-	38.195	38.195

- (a) Gastos incorridos com pagamentos antecipados de equipamentos, contratação de serviços técnicos e benfeitorias em propriedade arrendada.

Do total dos gastos incorridos, a Empresa reconheceu R\$ 2.987 referente a despesas financeiras elegíveis a capitalização.

Conforme previsto na política contábil de imobilizado constante na nota explicativa nº 5.d, a Empresa não reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 despesas com depreciação, pois, o projeto se encontra em fase de implementação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Empresa avaliou as informações disponíveis interna e externamente e não identificou qualquer evidência perda do valor recuperável de seu imobilizado.

11 Fornecedores

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	2024
Fornecedores (a)	1.992
Total de fornecedores	1.992

- (a) Refere-se a aquisição de serviços e equipamentos empregados na construção do ativo imobilizado.

As informações sobre a exposição da Empresa ao risco de liquidez relacionado a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 18.

12 Obrigações tributárias

	2024
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	20
ISS – Imposto sobre serviços retidos	52
Contribuições federais retidas na fonte	121
	193

13 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Empresa é de R\$ 76.881 (R\$ 10 em 31 de dezembro de 2023), representado por 76.881.622 mil quotas, nominativas e sem valor nominal pertencentes a Solar do Cerrado Participações S.A.

Em 2024 foi integralizado o capital social no valor de R\$ R\$ 38.458. Deste valor, R\$ 650 foram integralizados pela Solar do Cerrado Participações S.A., R\$ 19.875 pela Newave Energia S.A., R\$ 17.770 pela Flor de Pequi Geração de Energia Ltda (anteriormente a venda das cotas) e R\$ 163 foram mediante subscrição e integralização de capital, resultante da incorporação conforme nota explicativa 1.1.

Do total de capital social integralizado, R\$ 4.645 foi mediante despesas pagas pela Newave Energia S.A., R\$ 163, mediante incorporação reversa e R\$ 33.650, foi mediante caixa.

b. Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2024 a Empresa apresentou prejuízos acumulados de R\$86.

14 Despesas gerais administrativas

	2024
Despesas gerais e administrativas	
Contabilidade e auditoria	(45)
Assessoria e advogados	(2)
Impostos e taxas	(4)
Total	<u>(51)</u>

15 Resultado financeiro

	2024
Despesas financeiras:	
Despesas e comissões bancárias	(1)
Outras despesas	(9)
Despesas financeiras	<u>(10)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(10)</u>

16 Imposto de renda e contribuição social

A Empresa é optante pelo regime de apuração pelo lucro presumido e em 31 de dezembro de 2024 a Empresa não apurou saldos de imposto de renda e contribuição social.

17 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. A remuneração dos diretores é suportada pela controladora indireta da Companhia, Newave Energia. S.A.

18 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2024 - Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	43
Outras contas a receber		-	10
Total		-	53
Passivos			
Fornecedores	11	-	1.992
Passivo de arrendamento	9	-	4.069
Total		-	6.061

	Hierarquia do valor justo	2024 – Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	43	43
Outras contas a receber	Nível 2	10	10
Total		53	53

		2024 – Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo
Passivos			
Fornecedores	Nível 2	1.992	1.992
Passivo de arrendamento	Nível 2	4.069	4.069
Total		6.061	6.061

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- Nível 3 - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Empresa.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	2024
Caixas e equivalentes de caixa	43
Outras contas a receber	<u>10</u>
Total	<u>53</u>

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. A Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

31 de dezembro de 2024

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 – 5 Anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	1.992	1.992	1.992	-	-	-
Passivo de arrendamentos	<u>4.069</u>	<u>15.696</u>	<u>922</u>	<u>1.383</u>	<u>2.305</u>	<u>9.696</u>
	<u>6.061</u>	<u>17.688</u>	<u>2.914</u>	<u>1.383</u>	<u>2.305</u>	<u>9.696</u>

(iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

19 Demonstrações dos fluxos de caixa

Informações complementares ao fluxo de caixa:

	2024
Transações que não envolvem caixa	
Amortização de direito de uso	11
Juros incorridos sobre passivo de arrendamento	36
Fornecedores	1.992
Imobilizado	(4.182)
Passivo de arrendamento	4.495
Ativo direito de uso	(4.495)
Taxas e emolumentos	(4)
Despesas pagas antecipadamente	(2.498)
Capital social	4.645
Transações que não envolvem caixa	
<i>Incorporação - Coletânea Geração de Energia Ltda</i>	
Despesas antecipadas	(160)
Investimentos	(9.045)
Fornecedores	33
Capital social	9.208
Prejuízos acumulados	(25)
	11
Caixa e equivalentes incorporados	11

20 Contingências

A Empresa não possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

21 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Empresa para os anos subsequentes.

	2025	2026	2027	2028	2029 a 2059
CCT (a)	-	12	16	16	461
Seguros (b)	154	154	154	154	4.620
Fianças (c)	1.830	1.830	1.830	1.830	7.320
Aquisição de ativo imobilizado (d)	137.359	7.238	-	-	-
Arrendamento (e)	461	461	461	461	13.830
	139.804	9.695	2.461	2.461	26.231
Total	139.804	9.695	2.461	2.461	26.231

a. Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Empresa irá incorrer com gastos referentes a taxas de conservação

b. Seguros

A Empresa possui contratos de seguros para manutenção e asseguração das plantas fotovoltaicas.

c. Fianças

A Empresa realiza pagamentos de fianças a fim de garantir linhas de crédito para a construção do parque fotovoltaico.

d. Aquisição ativo imobilizado

A Empresa possui contratos com fornecedores de materiais e equipamentos para construção do parque fotovoltaico.

e. Arrendamentos

A Empresa possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

22 Seguros

A Empresa tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa apresenta as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Tipo de Seguro	Cobertura Total	Vigência
Fiel Cumprimento	R\$ 8.250	24/06/2024 a 26/10/2029
Riscos Ambientais	R\$ 30.000	06/11/2024 a 30/03/2026
Riscos Operacionais - Engenharia	R\$ 100.000	06/11/2024 a 30/03/2026

23 Eventos subsequentes

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2025, a Controladora da Empresa, integralizou capital social no valor de R\$ 25.790. O valor integralizado será aplicado na aquisição de materiais e serviços necessários a implementação do projeto.

* * *

Gunnar Honorato Pinassi
Diretor Financeiro
CPF: 269.843.018-14

Regis Madruga Leme
Contador
CRC: 1SP317833/O-2
CPF: 322.761.488-02